

O PARADIGMA DA EPISTEMOLOGIA HISTÓRICA A PARTIR DE UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE HISTÓRIA EM PAUL VEYNE

Leonardo Santana da Silva¹
Centro Universitário Augusto Motta

Recebido: 15/07/2016
Aprovado: 19/12/2016

Resumo: Este artigo objetiva analisar criticamente o paradigma da epistemologia histórica tendo como base a própria conceituação de história, segundo a concepção teórico-metodológica de Paul Veyne. Neste sentido, do ponto de vista de uma reflexão crítica, partimos de algumas discussões no campo da teoria e metodologia da história, ensejando trazer para o epicentro dessa questão possibilidades de diálogos, elucidações e determinadas contraposições no que se refere ao conceito de história defendido por este autor.

Palavras-chave: Epistemologia histórica; Escolas históricas; História científica; Narrativa histórica; História-problema.

THE PARADIGM OF HISTORICAL EPISTEMOLOGY FROM AN ANALYSIS OF OWN CONCEPT OF HISTORY IN VEYNE

Abstract: This paper aims to critically analyze the paradigm of historical epistemology from the very conception of history according to theoretical and methodological design historian Paul Veyne. In this sense, from the point of view of a critical reflection, we present some discussions in the field of theory and methodology of history, allowing for bringing the epicenter of this question a dialogue, some clarifications and certain contrasts in the case of the concept of history defended by Paul Veyne.

Keywords: Historical epistemology; Historical schools; Scientific history; Historical narrative; History-problem.

Introdução

A história enquanto ciência e disciplina apresentaria ou não apresentaria de fato algum, métodos científicos específicos? Seria de fato a História uma ciência? E o que teríamos a dizer sobre a trajetória da História enquanto disciplina? Partindo-se destes questionamentos é que queremos traçar uma breve e despretensiosa reflexão a cerca de um diálogo entre a História enquanto ciência, disciplina e método científico e algumas elucidações no que diz respeito às contrariedades na definição teórico-metodológica de História segundo a ciência e consciência desenvolvida por Paul Veyne.

Para abordarmos tais questões, antes de qualquer coisa, sentimos a necessidade de clarificarmos alguns pontos cruciais que embasarão este nosso

¹ E-mail: leonardocello@yahoo.com.br.

objeto, quais sejam: trata-se de analisarmos algumas questões de fundo, que estão direcionadas para uma prévia abordagem dos fundamentos da epistemologia da história e sua aplicabilidade na prática, no tocante aos progressos do espírito humano, ao desenvolvimento da história enquanto disciplina, ao problema da cientificidade da história e ao método científico em história. Depois de analisar estes quatro pontos fundamentais, passaremos para o exercício de uma reflexão crítica a respeito do objeto da História, como sendo esta considerada nada mais do que uma narrativa verídica segundo a própria concepção de Paul Veyne.²

O que nos motivou então a debruçarmos sobre este tema é justamente a afirmativa pronunciada por Paul Veyne em sua obra *Como se escreve a história*, em que este historiador questiona não só o significado da história, assim como o próprio ofício dos historiadores. Paul Veyne vai mais a fundo, em sua concepção, ao afirmar que a história não possuía um método. A história, segundo Veyne não explicaria nada e não seria de modo algum uma ciência. Vejamos então, segundo palavras descritas por este historiador francês, cuja argumentação introduz esta sua obra:

Não, a história não tem método: senão peçam que vos mostrem esse método. Não, ela explica nada, se a palavra explicar tem um sentido; quanto àquilo a que chama as suas teorias, seria preciso vê-las de mais perto. [...]

A história não é uma ciência e não tem muito a esperar das ciências; não explica e não tem método; mais ainda a História, da qual se fala muito desde há dois séculos, não existe.³

Partindo dessa premissa, acreditamos em nos encontrarmos diante de alguns dilemas conceituais e epistemológicos de fundo. Por esta razão é que decidimos trabalhar algumas problemáticas já tão bem conhecidas entre nós historiadores. Estamos nos referindo aos já citados enunciados que fazem parte do processo histórico referente à discussão da construção da história como disciplina, ciência e método científico, ao mesmo tempo em que discutiremos o papel do homem como portador de culturas, agente transformador da história e do próprio

² VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 13

³ Ibidem. p. 9.

lugar do homem na história e da história na vida do homem. Apresentemos, portanto, algumas implicações.

Levando em consideração que a compreensão da epistemologia está direcionada para uma teoria da ciência que objetiva o estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas, visando determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo delas, o próprio paradigma da epistemologia histórica tem como questão de fundo as antigas proposições epistemológicas em definir o devir da história enquanto ciência, disciplina e método científico. É neste sentido que queremos expor algumas considerações que visam elucidar e situar o papel da cientificidade da História, da História-disciplina e da História como metodologia científica no interior do próprio significado dos progressos do espírito humano e o seu processo sócio-histórico.

A História e o progresso do espírito humano

Na obra *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*,⁴ Condorcet (1743-1794) acaba deixando compreensível que a sua perspectiva para ideia de um quadro histórico somente poderia acontecer através dos progressos do espírito humano, principal fio condutor do processo histórico. Esta ideia de observação dos progressos do espírito humano apontada por Condorcet surge da própria concepção de que havia uma lei do progresso em que o homem, determinado por inúmeros fatores, passaria por diferentes estágios de desenvolvimentos em sua trajetória histórica. Estes diferentes estágios de desenvolvimento pelo qual passa o homem seria, segundo Condorcet, a base para a formação da dinâmica da história. Eis então a definição, objetivo e o sentido da história de acordo com esta perspectiva de progresso no século XVIII: a própria afirmação progressiva da razão humana, assim como as suas realizações como consequência do processo destes progressos do espírito humano. A ideia de progresso, segundo a visão de Condorcet, está relacionada filosoficamente com a construção, transformação e realização dos ideais da razão humana.

⁴ CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat Marquis. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2^a ed. Campinas: Unicamp, 2013.

Neste sentido, com o objetivo de se esboçar um quadro histórico dos progressos do espírito humano é que podemos dizer que a observação direcionada para a história, os homens e o tempo enquanto objeto da história seria o principal motivo que impulsionaria a necessidade do desenvolvimento de metodologias específicas para se analisar a história. Guardada as devidas proporções, pode-se dizer que o desenvolvimento das artes, da filosofia, da literatura e da ciência ao longo dos tempos contribui direta ou indiretamente com processo de desenvolvimento de um método científico em história.

Acreditamos que antes mesmo de toda uma discussão mais aprofundada em relação à questão da cientificidade da história, ou até mesmo da posição em afirmar se a história possuiria ou não um método científico específico exaustivamente debatido no século XIX e que acabou sendo recuperado também em séculos posteriores, o próprio século XVIII, sobretudo com Condorcet, já sinalizava não só esta necessidade que a história tinha em apresentar seus métodos científicos específicos, como também já ensaiava a existência desta cientificidade da história através da observação dos progressos do espírito humano a partir de uma compreensão da história e de seus próprios fatos. Assim sendo, na perspectiva do *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, a erudição de Condorcet é apresentada como um exercício metodológico para a compreensão do homem em diferentes contextos sócio-históricos. Para isso, basta observamos pormenorizadamente a sua obra, sobretudo a concepção de história que Condorcet expõe de maneira solidária a ideia de progresso, distribuída entre os dez capítulos deste seu livro.

Enquanto um homem de seu tempo, podemos afirmar que Antoine-Nicolas Condorcet foi uma figura importante, possuidora de uma cultura científica bastante considerável. O seu interesse pelo humano fez com que Condorcet fosse um sujeito muito preocupado com as questões sociopolíticas. Filosofia, ciência, religião, escravatura e educação são marcas registradas em sua obra. No que tange a possibilidade de a história poder ser considerada uma ciência – debate este que teve sua maior intensidade no decorrer do século XIX – Condorcet certamente se antecipou ao trazer para o epicentro de suas discussões, questões direcionadas para o significado da evolução histórica através dos próprios métodos de

observações em prol dos fenômenos humanos. Mecanismos e procedimentos são adotados sob a luz da observação das questões humanas, assim como dos próprios fenômenos da natureza.

Assim sendo, fica nitidamente ressaltado de que tanto os fenômenos da natureza quanto as questões humanas estariam intimamente sujeitas as leis universais verificáveis. Isto significa dizer que os possíveis procedimentos metódicos que poderiam ser adotados para efeito de observação dos progressos existentes nas ciências da natureza, também poderiam ser igualmente pensados e aplicados com o mesmo objetivo em se tratando das questões humanas. Ou seja, por meio dos métodos de observação seria possível mergulharmos profundamente em aspectos referentes ao passado com objetivo de compreendermos o presente e conjecturamos o futuro a partir de possíveis elucubrações prognósticas depois de feitas as análises críticas necessárias, consequência destas observações.

Com efeito, reiteramos que Condorcet jamais havia formulado um paradigma revolucionário como ocorreu com o marxismo. No entanto, o que estamos discutindo é que, não obstante a ideia metódica teórica e filosoficamente pensada e estabelecida através de significantes pensadores do século XIX como, por exemplo, August Comte, Leopold von Ranke e Karl Marx, o fato é que Condorcet com suas ideias de interpretação do processo histórico através dos progressos do espírito humano contribuiu com o aceleração e instrumentalização do estudo da história humana, minimamente digna destas implicações revolucionárias que foram constituídas como métodos no século XIX. Fica aqui uma pergunta: será que dentre estes três pensadores que acabaram de ser citados, nenhum deles beberam nesta fonte chamada Condorcet? Acreditamos que este argumento, o da possibilidade destes pensadores não terem tido contato com a obra de Condorcet, seja um tanto vazio.

Para encerramos esta análise epistemológica em Condorcet e partimos para outras questões que julgamos ser relevantes para este artigo, queremos deixar registrado que esta obra de Condorcet aqui escolhida demonstra em inúmeras passagens o caráter metódico científico de Condorcet em analisar a história. Logo, a nossa convicção de que o *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* significa uma grande iniciativa para um esboço de um método científico

em história. Desta forma, veremos em Condorcet algumas passagens que bem ilustra esta nossa afirmação. Em relação ao progresso do espírito humano a partir da observação da natureza dos homens, Condorcet afirma que:

Se nos limitarmos a observar, a conhecer os fatos gerais e as leis constantes que o desenvolvimento dessas faculdades apresenta, naquilo que há de comum aos diversos indivíduos da espécie humana, essa ciência tem nome de metafísica.

Mas, se considerarmos esse mesmo desenvolvimento em seus resultados, relativamente aos indivíduos que existem na mesma época, em um dado espaço, e se o seguirmos através de gerações, ele apresenta agora o quadro dos progressos do espírito humano. Esse progresso está submetido às mesmas leis gerais que se observam no desenvolvimento individual de nossas faculdades, já que ele é o resultado desse desenvolvimento, considerado ao mesmo tempo em um grande número de indivíduos reunidos em sociedade. Mas o resultado que cada instante apresenta depende daquele que os instantes precedentes ofereciam; ele influi naquele dos instantes que devem segui-lo.

Este quadro é, portanto, histórico, já que, sujeito a perpetuas variações, ele se forma pela observação sucessiva das sociedades humanas nas diferentes épocas que elas percorreram. Ele deve apresentar a ordem dessas mudanças, expor a influência que cada instante exerce naquele que o substitui e mostrar, assim, nas modificações que a espécie humana recebeu, sendo renovada sem cessar no meio da imensidão dos séculos, a marcha que ela seguiu, os passos que ela deu em direção à verdade ou felicidade. Os resultados que ela apresenta conduzirão, em seguida, aos meios de assegurar e de acelerar os novos progressos que sua natureza ainda lhe permite esperar.⁵

Já em consideração ao progresso do espírito humano a partir de uma observação direta entre o passado e presente em termos históricos, Condorcet adverte que:

[...] para conduzir o homem ao ponto em que ele exerce artes, em que a luz das ciências já começa a iluminá-lo, em que a sociedade é regada por leis fixas, em que o comércio une as nações, onde, enfim, a escrita alfabética é inventada, a esse primeiro guia nós podemos juntar a história das diversas sociedades que puderam se observar em quase todos os degraus intermediários; se bem que não se possa seguir nenhuma delas em todo o espaço que separa essas duas grandes épocas da espécie humana.

Aqui o quadro começa a tornar-se verdadeiramente histórico, ou antes, a apoiar-se em grande parte na sequência dos fatos que a história nos transmitiu: mas é preciso escolhê-los na história dos diferentes povos, relacioná-los, combiná-los, para deles extrair a história de um povo único, formar o quadro de seus progressos.

⁵ CONDORCET, J. A. N. C. M. Op. Cit., p. 20.

Desde a época em que, na Grécia, a escrita alfabética foi conhecida, a história se liga ao nosso século, ao estado atual da espécie humana nos países os mais esclarecidos da Europa, por uma sequência ininterrupta de fatos e de observações; e o quadro da marcha e dos progressos do espírito humano tornou-se verdadeiramente histórico. A filosofia não precisa adivinhar mais nada, não precisa mais formar combinações hipotéticas; só lhe resta relacionar, ordenar os fatos e mostrar as verdades úteis que nascem de seu encadeamento e de seu conjunto.⁶

Ao analisar criticamente a história e o que ele mesmo, Condorcet, definiria como multidão do gênero humano, temos os seguintes esclarecimentos para a observação do progresso do espírito humano em relação à trajetória sócio-histórica deste gênero humano:

Até aqui, a história política, tal como a da filosofia e a das ciências, foi apenas a história de alguns homens: aquilo que verdadeiramente forma a espécie humana, a massa das famílias que subsistem quase exclusivamente de seu trabalho, foi esquecido; e mesmo na classe daqueles que, entregues a profissões públicas, agem não para si mesmos, mas para a sociedade; cuja ocupação é instruir, governar, defender, aliviar os outros homens, apenas os chefes fixaram a atenção dos historiadores.

Para a história dos indivíduos, basta recolher os factos; mas a história de uma massa de homens só pode se apoiar nessas observações; e, para escolhê-las, para apreender seus traços essenciais, já é preciso luzes, e quase tanta filosofia quanto para empregá-las bem.⁷

Como parte da história da espécie humana, as observações a este respeito podem ser diretamente analisadas através das ideias contidas no pensamento de Condorcet, principalmente, quando este autor denomina e expressa sua compreensão do progresso futuro do espírito humano sob a ótica de uma teorização:

Se o homem pode predizer com segurança quase integral os fenômenos dos quais conhece as leis; se, mesmo quando estas lhe são desconhecidas, ele pode, a partir da experiência do passado, prever com uma grande probabilidade os acontecimentos do futuro; por que se veria como um empreendimento quimérico aquele de traçar, com alguma verossimilhança, o quadro dos destinos futuros da espécie humana, a partir dos resultados de sua história? O único fundamento de crença nas ciências naturais é a ideia segundo a qual as leis gerais, conhecidas ou ignoradas, que regem os fenômenos do universo são necessárias e constantes; e por quais razões esse princípio seria menos

⁶ Ibidem. p. 25.

⁷ Ibidem. p. 185.

verdadeiro para o desenvolvimento das faculdades intelectuais e morais do homem do que para as outras operações da natureza? Enfim, já que as opiniões formadas a partir da experiência do passado, sobre objetos da mesma ordem, são a única regra da conduta dos homens mais sábios, por que se proibiria ao filósofo apoiar as suas conjecturas nessa mesma base, desde que ele não lhes atribua uma certeza superior àquela que pode nascer do número, da constância, da exatidão das observações? Nossas esperanças sobre os destinos futuros da espécie humana podem se reduzir a estas três questões: a destruição da desigualdade entre as nações; os progressos da igualdade em um mesmo povo; enfim, o aperfeiçoamento real do homem.⁸

Vimos em Condorcet, um dos mais importantes filósofos expoentes das Luzes, algumas características básicas que podem ser consideradas uma forma metódica de se escrever e analisar a história segundo sua própria consciência. É evidente que não só as reflexões iluministas e os escritos da Ilustração do século XVIII foram os únicos privilegiados que puderam discutir tais questões. É o que veremos a partir desse momento através da discussão a respeito do desenvolvimento da história enquanto disciplina e ciência. É sabido que houve discussões bastante significativas em termos paradigmáticos, no tocante ao quadro teórico-metodológico da história enquanto concepção de si mesma. Em termos de discussões paradigmáticas, inúmeros foram os avanços teórico-metodológicos nos séculos posteriores ao século XVIII, assim como foram igualmente importantes às reflexões surgidas em séculos anteriores ao XVIII, principalmente, em se tratando da definição e a prática da História.

Não resta a menor dúvida de que a fundamentação da História como disciplina científica por excelência ocorreu em meados do século XIX. De toda sorte, só para ressaltarmos mais uma vez o que já foi mencionado, a construção do desenvolvimento da disciplina histórica recebeu diferentes influências contributivas, frutos dos distintos processos históricos que garantiriam o progresso da História enquanto ciência e disciplina. Neste sentido, o que podemos assinalar com certa convicção é que ambas as contribuições ao longo dos diferentes períodos históricos foram essenciais para se pensar a História enquanto disciplina e ciência, uma vez que, dentro desta perspectiva, a História pode ser considerada uma ciência em constante processo de construção.

⁸ Ibidem. p. 189.

É sem sombra de qualquer dúvida também que, ainda que de forma elementar, na Antiguidade greco-romana – como nos casos de Políbio (203 – 120 a.C.) e Tucídides (460? – 395? a.C.) – e até mesmo no decorrer da Idade Média com o historiador norte africano Ibn Khaldun (1332- 1382), já poderíamos encontrar certo desempenho destes determinados historiadores para obtenção e descrição metodológica mais rigorosa no que tange a análise da história. Um grande exercício de erudição, portanto, já vinha sendo realizado por estes historiadores em prol de uma preocupação crítica sobre a narrativa, metodologia, fontes, fatos, datas e reflexões históricas acerca das transformações do mundo – tendo como base o registro da sociedade humana. A exemplo disso, podemos destacar uma citação do historiador Eric Hobsbawm ao fazer menção de que a concepção materialista da história proposta por Karl Marx seria a melhor forma de analisar a história. Não obstante esta concepção materialista da história ser idealizada por Marx, meio que antecipadamente, segundo insinua Hobsbawm, Ibn Khaldun, um significativo erudito do século XIV já havia exposto algo em direção a este respeito.

O registro da sociedade humana, ou civilização mundial; das mudanças que acontecem na natureza dessa sociedade [...]; de revoluções e insurreições de um conjunto de pessoas contra outro, com os consequentes reinos e Estados dotados de seus vários níveis; das diferentes atividades e ocupações dos homens, seja para ganharem seu sustento ou nas várias ciências e artes; e, em geral, de todas as transformações sofridas pela sociedade em razão de sua própria natureza.⁹

Vimos em Condorcet, um dos mais importantes filósofos expoentes das Luzes, algumas características básicas que podem ser consideradas uma forma metódica de se escrever e analisar a história segundo sua própria consciência. É evidente que não só as reflexões iluministas e os escritos da Ilustração do século XVIII foram os únicos privilegiados que puderam discutir tais questões. É o que veremos a partir desse momento através da discussão a respeito do desenvolvimento da história enquanto disciplina e ciência.

⁹ Citado em ISSAWI, Charles (Ed. e trad.). **An Arab Philosophy of History: Sections from the Prolegomena of Ibn Khaldun of Tunis (1332-1406)**. Londres, 1950. p. 26-7. apud HOBBSAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 9.

A História enquanto ciência e disciplina e suas discussões paradigmáticas.

É sabido que houve discussões bastante significativas em termos paradigmáticos, no tocante ao quadro teórico-metodológico da história enquanto concepção de si mesma. Em termos de discussões paradigmáticas, inúmeros foram os avanços teórico-metodológicos nos séculos posteriores ao século XVIII, assim como foram igualmente importantes às reflexões surgidas em séculos anteriores ao XVIII, principalmente, em se tratando da definição e a prática da História.

Não resta a menor dúvida de que a fundamentação da História como disciplina científica por excelência ocorreu em meados do século XIX. De toda sorte, só para ressaltarmos mais uma vez o que já foi mencionado, a construção do desenvolvimento da disciplina histórica recebeu diferentes influências contributivas, frutos dos distintos processos históricos que garantiriam o progresso da História enquanto ciência e disciplina. Neste sentido, o que podemos assinalar com certa convicção é que ambas as contribuições ao longo dos diferentes períodos históricos foram essenciais para se pensar a História enquanto disciplina e ciência, uma vez que, dentro desta perspectiva, a História pode ser considerada uma ciência em constante processo de construção.

É sem sombra de qualquer dúvida também que, ainda que de forma elementar, na Antiguidade greco-romana – como nos casos de Políbio e Tucídides – e até mesmo no decorrer da Idade Média com o historiador norte africano Ibn Khaldun (1332-1382), já poderíamos encontrar certo desempenho destes determinados historiadores para obtenção e descrição metodológica mais rigorosa no que tange a análise da história. Um grande exercício de erudição, portanto, já vinha sendo realizado por estes historiadores em prol de uma preocupação crítica sobre a narrativa, metodologia, fontes, fatos, datas e reflexões históricas acerca das transformações do mundo – tendo como base o registro da sociedade humana. A exemplo disso, podemos destacar uma citação do historiador Eric Hobsbawm ao fazer menção de que a concepção materialista da história proposta por Karl Marx seria a melhor forma de analisar a história. Não obstante esta concepção materialista da história ser idealizada por Marx, meio que antecipadamente, segundo insinua Hobsbawm, Ibn Khaldun, um significativo erudito do século XIV já havia exposto algo em direção a este respeito.

O registro da sociedade humana, ou civilização mundial; das mudanças que acontecem na natureza dessa sociedade [...]; de revoluções e insurreições de um conjunto de pessoas contra outro, com os consequentes reinos e Estados dotados de seus vários níveis; das diferentes atividades e ocupações dos homens, seja para ganharem seu sustento ou nas várias ciências e artes; e, em geral, de todas as transformações sofridas pela sociedade em razão de sua própria natureza.¹⁰

Assim, dentro desta perspectiva podemos apontar Tucídides como sendo um destes historiadores pioneiros em que, desde a antiguidade, em sua única obra escrita dedicada à História da Guerra do Peloponeso,¹¹ vinha demonstrando uma preocupação em diferenciar os distintos campos disciplinares entre a história, poesia e literatura. Desta forma, Tucídides lançava luz a sua peculiar preocupação em se ater aos fatos históricos “verdadeiros”, contrapondo dessa maneira, a sistematização crítica e a distinção do uso das diferentes fontes possíveis.

De acordo com um trecho de um artigo do historiador Jose Jorge Siqueira, o autor analisa em alguns momentos a inflexão da História enquanto concepção de si mesma através de eixos fundamentais de um discurso historiográfico que envolve teoria, fontes e metodologia. Neste sentido, de acordo com as configurações e determinações no tocante ao uso de práticas teórico-metodológicas distintas conforme cada objeto de pesquisa a ser investigado, certamente concordaríamos com que afirmar José Jorge Siqueira, ao apontar que Tucídides já indicava ali em sua obra, “critérios metodológicos mínimos de utilização do material primário. Mesmo presentes estão ali reflexões do autor sobre o social ou sobre o que seria a ‘natureza humana’, demarcando claramente a necessidade de teorizar essa dimensão”.¹²

Como é possível ser percebido, estas discussões direcionadas ao rigor metodológico que os historiadores deveriam obter foi objeto de constantes debates e posições práticas adotadas ao longo de diferentes períodos históricos. Este rigor metodológico aparece com cada vez mais veemência, na medida em que

¹⁰ Citado em ISSAWI, C. Op. Cit. apud HOBBSAWM, E. J. Op. Cit., p. 9.

¹¹ TUCÍDIDES (c. 460 - c. 400 a.C.). **História da Guerra do Peloponeso**. Prefácio de Hélio Jaguaribe; Trad. do grego de Mário da Gama Kury. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

¹² SIQUEIRA, Jose Jorge. Historiografia. Configurações de teoria, fontes e metodologia. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, jul./dez. 2002. p. 61.

estas posturas adotadas pelos historiadores se intensificam, consequências das exigências de caráter mais científico em relação à definição e a prática da História na transição da Idade Média para o período Moderno. Esta cientificidade da História poder ser explicada por meio de algumas características básicas que a constitui como tal:

Entre 1475 e 1575, em função do humanismo, da Renascença e da Reforma, começam a aparecer exigências mais científicas do que as surgidas na Idade Média ocidental quanto a definição e à prática da História. No século XVI, o mais importante foi o desenvolvimento da preocupação de só aceitar fatos ou textos como autênticos depois de minuciosa verificação. Aqueles anos foram os da redescoberta dos textos sagrados (o que se vincula forçosamente à sua autenticidade). Como tal preocupação crítica com textos, fatos e dados, sem ser condição suficiente para a construção da História como ciência, é sem dúvida alguma condição necessária, já que não é possível raciocinar em forma rigorosa a partir de documentação e um conjunto de dados falsos ou duvidosos, constituiu um passo significativo no progresso da disciplina histórica.

No século XVII, a crítica dos textos progride ainda mais. De novo, foram preocupações estranhas à História-disciplina *stricto sensu* as que levaram a este avanço. Em reação à acusa dos protestantes de que os católicos manifestavam excessiva credulidade quanto às lendas religiosas (vidas de santos, milagres, etc.), havia surgido entre os próprios católicos uma corrente hipercrítica: o jesuíta Joseph Bolland de Antuérpia e seus seguidores, por exemplo, chegaram ao ponto de negar-se a aceitar como autêntico qualquer documento de época merovíngia ou carolíngia, ou seja, da Alta Idade Média. [...]. Neste contexto foi que em 1681, Dom Mabillon publicou *De re diplomatica*, obra de demonstrava ser possível, através de indícios matérias, provar a autenticidade ou falsidade de um documento.¹³

Se se foi possível constatar que nos diferentes séculos que antecederam ao XVIII houve todo um esforço em termos de técnicas de erudição crítica para a construção e progresso da História como ciência e disciplina, categoricamente será a partir do século XVIII em diante que a História consubstanciar-se-á de meios teórico-metodológicos cada vez mais pujantes para o processo de construção de uma concepção da história em termos disciplinares científicos.

Se nos séculos anteriores o progresso caracterizou sobretudo as técnicas de erudição crítica, o século XVIII foi particularmente brilhante no campo das teorias e das concepções da História, mesmo se os meios

¹³ CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 28-29.

metodológicos ainda insuficientes então à disposição dos historiadores para seu trabalho tornavam prematuras, de fato, algumas das exigências feitas na época à disciplina-histórica. No plano teórico, Gianbattista Vico defendeu o caráter “cíclico” do desenvolvimento das sociedades humanas. Voltaire, em 1744, mostrava já a insuficiência flagrante de uma História exclusivamente voltada para o relato de acontecimentos (em especial batalhas e tratados) e de intrigas de corte, e a necessidade de uma História que, mudada em sua matéria e em sua problemática, se tornasse explicativa. No fim do século (1794), no mesmo sentido, Condorcet afirmava a possibilidade de que os fatos humanos fossem objeto de conhecimento científico, e a previsibilidade de tais fatos.¹⁴

Analisando tais aspectos de cientificidade da história no contexto do século XIX, gostaríamos de trazer algumas teorizações que explicariam o sentido de vários caminhos existentes em direção a um conhecimento científico modelar. Segundo as próprias concepções das escolas históricas surgidas no século XIX, as expectativas procedimentais no campo da teoria e metodologia da História seriam mais eficazes no processo de construção da História enquanto disciplina e ciência justamente pelo tratamento rigoroso que o historiador deveria ter com suas fontes. Grosso modo, a importante tarefa do historiador seria a de reunir um significativo número de fatos históricos por meio das fontes. De acordo com o otimismo cientificista da própria concepção positivista, o estabelecimento dos fatos deveria ocorrer, por excelência, através dos documentos escritos “purificados”, na medida em que fossem comprovadas respectivamente a sua autenticidade por meio da chamada crítica externa e a veracidade de seus conteúdos após a realização da crítica interna de tais documentos. Ao analisarmos os paradigmas que envolvem a ciência e consciência histórica do século XIX, algumas implicações necessariamente devem ser feitas. A primeira delas seria de fato, discutirmos pormenorizadamente os objetivos das chamadas escolas metódico-positivista e a romântico-idealista, instituídas na Alemanha e na França nesse período.

As escolas históricas ditas metódico-positivista e romântico-idealista surgem primeiramente na Alemanha e posteriormente na França, tendo como principais representantes Leopold von Ranke, Georg Barthold Niebuhr, Michelet, Charles-Victor Langlois, Charles Seignobos entre outros. A consciência histórica do século XIX, ao emancipar-se em certa medida, do idealismo filosófico do século

¹⁴ Ibidem. p. 29-30.

XVIII, acabou substituindo as chamadas filosofias da história pela história científica. Essas mudanças no caráter filosófico da história para uma história metódica positivista científicista tiveram como pano de fundo, e não tem como se negar, as perdas que as próprias filosofias da história tiveram em suas bases de sustentações metafísicas, deixando-as piamente desprestigiadas. A crítica histórica alemã que se desenvolveu a partir do método erudito criado pelos franceses nos séculos XVI e XVII se tornou no século XIX a principal base da escola histórica científica alemã.

É neste contexto que o conhecimento positivista, cujas bases se fundamentavam na observação dos fatos, no estabelecimento dos fatos, nas explicações mediante as leis, na constatação das diferentes relações humanas, no evento singular, individual, irrepetível e único, só poderiam ser efetivamente apreciados, a partir das relações de causa e efeito expressas de forma matemática sem a presença de qualquer tipo de subjetividade do historiador. Se é que em algum momento essa postura metódica em analisar os fatos foi possível de ser realizadas na prática, no sentido de se alcançar objetivamente resultados positivos, em se tratando da proposta baseada no método erudito da escola metódico-positivista, o que aparentemente nos é apresentado é que, de acordo com a crença dos positivistas, esta proposta seria possível. Assim sendo, os ditos positivistas acreditavam que,

[...] se adotassem uma atitude de distanciamento de seu objeto, sem manter relações de interdependência, obteriam um conhecimento histórico objetivo, um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva. O historiador, para eles, narra fatos realmente acontecidos e tal como ele se passaram. [...] O passado desvinculado do presente, era a “área do historiador”. Propunham uma história do passado pelo passado, dos eventos políticos passados, pela curiosidade de saber exata e detalhadamente como se passaram.¹⁵

Ao se iniciarem as contraposições que a ciência da história exerceu em direção à filosofia da história, o espírito metódico positivista antimetafísico se torna predominante entre os historiadores do século XIX. O método histórico, portanto, tornar-se-ia guia-modelo para outras ciências humanas. Ao estruturarem

¹⁵ SCHAFF, A. **Historie et vérité**. Paris: Anthropos, 1971. p. 107-111. apud REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 18-19.

um conhecimento fundamentado em bases empíricas positivistas, os historiadores acabaram conquistando um lugar de destaque em âmbito social e intelectual. Essa constante busca pelo conhecimento da história através do método histórico positivista, conseqüentemente contribuiu para o surgimento de uma nova consciência histórica. O bojo desta consciência histórica, estar direcionado a analisar as peculiaridades humanas no tempo. Sem a pretensão de se avaliar concomitantemente presente, passado e futuro, o historiador por meio do processo de erudição da história científica não terá como responsabilidade ou anseio, distinguir ou muito menos individualizar as sociedades humanas no tempo – passado, presente e futuro.

A história científica, ao propor algum tipo de conhecimento das diferenças humanas através de seu método de erudição, enfatizará o evento reforçando seu objetivo no que tange ao singular, individual, irrepitível em busca do fato único. Tomando como base a última citação feita, queremos explicitar um pouco mais a fundo, algumas das especificidades dessa escola metódica dita positivista. Começos então pela análise de algumas características básicas do próprio pensamento filosófico de Leopold von Ranke – considerado pela historiografia como o fundador da História científica. Leopold von Ranke era um erudito que se baseava nos documentos e fontes oficiais diplomáticas para realizar uma história das relações exteriores, acreditando produzir assim, uma história oficial plena do Estado. Neste sentido, Ranke acreditava profundamente que as iniciativas internas de um Estado eram determinadas por essas relações diplomáticas. A influência contextual histórica alemã no procedimento metódico de Leopold von Ranke pode ser uma das principais explicações do seu interesse pela realização de uma história político-diplomática do Estado. A Alemanha do século XIX lutava em prol de um nacionalismo em que, a política exterior, assim como a própria guerra, era para Ranke fatos eminentemente importantes para se compreender contextualmente este processo que a sociedade alemã estava enfrentando.

A concepção filosófica de Leopold von Ranke também pode ser considerada outro fator elucidativo em se tratando de sua opção por uma história do Estado. Não obstante Leopold von Ranke ter sempre demonstrado seu interesse pela política-diplomática das relações exteriores, pelos personagens políticos que se

destacavam por determinadas contribuições filosóficas em termos de se pensar a Alemanha daquele momento e pela própria peculiaridade do povo enquanto sociedade e indivíduo, Ranke sofria influências decorridas de suas próprias convicções. Conservador nacionalista, protestante e defensor das posições da nobreza alemã, Leopold von Ranke acabaria produzindo um tipo de pensamento no tocante a compreensão da história e dos comprometimentos que o historiador deveria ter, segundo sua concepção, para a realização da história através do método científico. Uma dessas posturas filosóficas adotadas por Ranke, a protestante, por exemplo, tornava-se nítida sua influência de seu pensamento.

De acordo com Lefebvre, Leopold von Ranke considerava que “cada povo é imediato a Deus”.¹⁶ Isso significaria que o pensamento de Ranke, “filosoficamente, considerava que a história era conduzida pelas ideias e que o historiador deveria descobrir as forças espirituais de que a história era a realização”.¹⁷ Nesta perspectiva, a história para Leopold von Ranke segundo o historiador José Carlos Reis, significava uma forma de manifestação individual por meio do reino do Espírito:

A história, para Ranke, era o reino do Espírito, que se manifestava de forma individual. Era feita de individualidade, que podem ser apreendidas por meio de métodos hermenêuticos, através de suas manifestações no mundo dos sentidos. A significação dos eventos aparece parcialmente nesse mundo dos sentidos, daí a necessidade do rigor na análise das fontes. O historiador deve se concentrar nos eventos, expressões dessas individualidades apreendidas através das fontes.¹⁸

A História científica, portanto, de acordo com o que acreditavam os positivistas, seria concomitantemente a produção e a neutralização do próprio sujeito enquanto tal, para que de fato o foco estivesse voltado para o objeto analisado. Em outras palavras, o que Ranke estava propondo através desta neutralidade era justamente evitar que houvesse uma imparcialidade metódica, axiológica, epistemológica por parte dos historiadores. O historiador de forma

¹⁶ LEFEBVRE, George. **La naissance de l'historiographie moderne**. Paris: Flammarion, 1971. p. 260.

¹⁷ REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 16.

¹⁸ Ibidem.

alguma poderia avaliar ou problematizar os acontecimentos históricos. De acordo com a própria frase já bastante conhecida de Leopold von Ranke (“*wie es eigentlich gewesen*”), a história deveria ser narrada “*tal qual se passou*”. Neste sentido, os ditos positivistas acreditavam que os fatos falavam por si mesmo, sendo irrelevante e plenamente dispensável o que pensava os historiadores a seu respeito.

Dotado de uma parcialidade em que, não só o sujeito deixaria ser tomado pelo seu objeto, sem que houvesse qualquer interferência na seleção ou construção desse objeto, os historiadores também, na hora de proceder, deveriam se manter totalmente imparciais e isentos, não se permitindo sequer ser influenciado pelo contexto socioeconômico ou político-cultural em que estava sujeito. O método científico adotado pelos positivistas enxergava nos fatos uma objetividade em si mesma. Para se atingir a plenitude de seus objetivos, isto é, a verdade objetiva que os historiadores buscavam encontrar, os fatos deveriam ser contados tais como são em sua integridade. Dessa maneira, os fatos jamais poderiam ser recortados, problematizados e reconstruídos. Os historiadores deveriam buscar um conhecimento histórico objetivo, consequência de “um reflexo fiel dos fatos do passado, puro de toda distorção subjetiva.”¹⁹

O campo de observação do historiador era restrito aos fatos narráveis que, por sua vez, se encontravam limitados aos eventos políticos, religiosos, administrativos e diplomáticos. Esta narrativa do passado pelo passado se baseava nos acontecimentos únicos e irrepetíveis, considerados o centro do objeto histórico. O embasamento teórico-metódico da crítica histórica fundamentava-se em três campos específicos: na história das religiões, na crítica bíblica e na filologia. Para examinar a autenticidade dos documentos manuscritos ou textuais, estas disciplinas foram às bases do método crítico histórico que tinha como objetivo principal a autenticidade do documento e, conseqüentemente, a veracidade dos fatos. “Esse ‘espírito positivo’ desenvolveu-se especialmente nos seminários da Universidade de Berlim.”²⁰

¹⁹ REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. Op. Cit., p. 18.

²⁰ IGGERS, G. **New directions in european historiography**. London: Methuen, 1988. apud REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. Op. Cit., p. 19.

A escola metódica positivista (história erudita) na França se instalou por meio de uma influência do ensino universitário alemão que acreditava no caráter de cientificidade no processo de erudição da história. O ensino universitário teve uma importante participação, pois serviu como um dos principais instrumentos de divulgação dessa história crítica, fazendo com que a França se tornasse o segundo país a compactuar dessa forma erudita da história. Alguns nomes de mestres da época como, Seignobos, Lavissee e Monod ensinavam na França esta história científica alemã que haviam estudado na Alemanha. Não obstante a *École des Chartes*, desde 1821, formasse arquivistas, embora não fossem historiadores, somente a partir de 1876 é que o processo de erudição histórica se desenvolveu na França através da *Révue Historique* fundada por Gabriel Monod. A narrativa política é uma das características mais marcantes desta história científica positivista alemã que influencia diretamente no surgimento dessa história científica na França.

Criada em 1876 por G. Monod e G. Fagniez, a *Révue Historique* praticamente fundou a história científica na França. Pretendia dedicar-se à história da Europa desde a morte de Théodose (395) até a queda de Napoleão I (1815) e contava com 53 fundadores, entre professores do Collège de France, da École Pratique des Hautes Études e de várias faculdades de letras, mais arquivistas e bibliotecários. Entre os fundadores, duas gerações coexistem: a dos “antigos”, com Duduy, RENAN, Taine, Fustel de Coulanges, e a dos “jovens”, com Monod, Lavissee, Seignobos, G. Fagniez. [...].

A *Révue Historique* se declarava neutra, imparcial, devotada à ciência positiva, fechada às teorias políticas e filosóficas. Na prática, defendia a República, combatia a Igreja Católica e, apesar de copiar os alemães, era nacionalista. Os “positivistas” da *Révue Historique* passaram a controlar todas as instituições históricas francesas: universidades, arquivos, bibliotecas, museus, que conheceram um crescimento considerável. O Estado francês criou arquivos públicos unificados e enviou comissões de historiadores para diversas regiões do mundo, a fim de coletar os documentos que interessavam diretamente à história da França e à historiografia geral. A história se liberou da literatura e era ensinada de forma autônoma na universidade francesa, seguindo o modelo das faculdades alemãs. “Método” tornou-se a palavra-chave, e o que distinguia a história da literatura. A história se profissionalizou definitivamente – numerosas cadeiras na universidade, sociedades científicas, coleções de documentos, revistas, manuais, publicação de textos históricos, um público culto comprador de livros históricos.²¹

²¹ REIS, J. C. Op. Cit., p. 21-22.

Embora o pensamento histórico científico francês houvesse nitidamente bebido na fonte da escola histórica científica alemã, ambas as escolas metódico-positivistas (alemã e francesa) expressaram em determinados momentos algumas peculiaridades em seus respectivos princípios filosóficos nas formas de conceber, entender e realizar uma história científica a partir das interpretações dos padrões do processo de erudição segundo suas próprias concepções. Com efeito, no que diz respeito a essa especificidade dessas posturas no modo de erudição em que a escola metódica alemã e a francesa adotaram, fica bastante clarividente que esta postura, apesar da influência da primeira sobre a segunda, as correntes filosóficas expressadas por ambas se distanciaram em alguns momentos, não só entre os dois países, assim como ocorreu também dentro da própria Alemanha. São os casos das concepções filosóficas expressadas no bojo das escolas metódico-positivista e romântico-idealista.

Analisando um primeiro caso, observaremos na escola romântico-idealista uma história atribuída a um conhecimento destinado a intuição poética e na arte-intuição da história. Era um conhecimento histórico romantizado e tinha como um de seus maiores nomes expoentes desse romantismo o historiador francês Jules Michelet. A corrente filosófica da escola histórica romântico-idealista era baseada em um irracionalismo cujo objetivo era o de reconstituir o passado a partir de um desejo obsessivo quase que transcendental em se estabelecer um contato com os personagens já mortos a fim de “ressuscitar” este passado. A filosofia da escola histórica metódico-positivista se contrapunha, dentre outros aspectos, a escola romântico-idealista. Os historiadores metódico-positivistas não eram tão intuitivos como os historiadores da escola romântico-idealista.

Os metódico-positivistas, diferentemente dos romântico-idealistas, eram racionalistas e cultivadores da dúvida metódica. Os positivistas possuíam uma crença de que a análise da história só seria possível através daquela apresentada apenas nos documentos. Além disso, sustentavam a ideia de que a história era uma ciência completamente pura e distante das artes e de um romantismo proveniente de um método mais intuitivo, como é o caso da escola romântico-idealista. Assim sendo, a escola metódico-positivista apresentava sua erudição através do método

crítico de bases científicas, recusando veementemente os modelos metafísicos e literários.

Se por um lado à crença em uma história como ciência era a perspectiva de um grupo de historiadores positivistas, por outro lado também, havia uma corrente filosófica de base neo-kantiana que expressava um profundo pessimismo em relação a interpretação radical da História enquanto ciência: estamos nos referindo aos idealistas alemães também conhecidos como historicistas, tendo como um de seus principais nomes a figura de Dilthey. Com essa nova forma de erudição em que a crítica da razão histórica estava contida no cerne do historicismo, esta nova doutrina historicista – cujo objetivo pautava-se no estudo de seus objetos a partir de um ponto de vista do próprio desenvolvimento destes objetos – contribuiu para que a tradicional filosofia da história se tornasse epistemologia da história. Dentre inúmeras questões que o historicismo trazia como parte fundamental para o epicentro de suas discussões estava à possibilidade condicionante alusiva a substituição do conhecimento histórico pelo “Ser” histórico.

Essa mudança de foco entre a busca apenas do conhecimento do fato histórico pelo conhecimento do “Ser” histórico como parte fundamental para que as sociedades sejam analisadas é condição básica para que os diferentes grupos sociais possam ser também compreendidos enquanto indivíduos. A essa ciência que é simultaneamente histórica e filosófica podemos considerá-la como consciência histórica. Dentro dos limites das perspectivas dessa consciência histórica, é condição essencial a integralização dos diferentes tempos individuais em que o homem vivenciou. Não se trata de uma análise individual de uma totalidade universal ou em termos de evolução infinita, mas apenas de uma análise em se tratando de uma totalidade singular. Neste sentido, é necessário conhecer o homem através de seu passado e suas obras. Essa nova forma de filosofia da história não enxerga mais a ciência histórica como um método reducionista, confiando piamente e de maneira ingênua em um poder que seria auto revelador da própria objetividade da história. Em se tratando desse escopo, guardada as devidas proporções, positivistas e idealistas alemães (historicistas) tinham algumas semelhanças em suas concepções.

Como os positivistas, os “historicistas” viam fatos singulares ou individuais do passado o objeto da História; porém, não lhes atribuíam o caráter de fatos reais, externos ao observador: viam-nos como “fatos de pensamento”, como uma criação subjetiva. Um método baseado na compreensão intuitiva, e uma concepção subjetivista e relativista da História só poderiam ser – como de fato foram – freios aos progressos da construção da História como ciência.²²

Partindo-se dessa premissa historicista dhilteniana, com a nítida influência do filósofo alemão Immanuel Kant (1724-1804), fica subtendido que existe uma irreduzível oposição entre as ciências da natureza e as ciências culturais ou a ciência do espírito como também é conhecida. No primeiro caso, nas chamadas ciências da natureza ou nomotéticas, este tipo de conhecimento está direcionado para o estabelecimento de leis via método explicativo. É capacidade de “criar conceitos teóricos representativos das decorrências dos fenômenos do real.”²³ Já as chamadas ciências culturais ou do espírito são, portanto, ideográficas – conceitos e teoria sintetizada incapaz de trabalhar com a recorrência dedicada ao único e ao singular – cujo procedimento metódico é baseado na compreensão. Isso significa dizer que “a natureza se opõe à cultura, e do mesmo modo o método generalizador e explicativo das ciências naturais se opõe ao método descritivo e individualizador das ciências da cultura.”²⁴

A construção de uma concepção histórica a partir da análise sociológica das sociedades humanas

Para além de uma conceituação da história científica que buscava analisar os fatos históricos através do processo de erudição, próprios de uma crítica positivista concebida no campo dos historiadores tradicionais das escolas metódico-positiva e romântico-idealista, assistiremos surgir também, no decorrer do século XIX, discussões fundamentalmente coerentes voltadas para as sociedades humanas. Karl Marx e Friedrich Engels propuseram a partir do que eles denominaram de Materialismo Histórico, uma teoria que poderíamos chamar de global e que objetivava analisar as complexidades e transformações das sociedades

²² CARDOSO, Ciro F. S. Op. Cit., p. 33.

²³ SIQUEIRA, J. J. Op. Cit., p. 63.

²⁴ CARDOSO, C. F. S. Op. Cit., p. 33.

humanas por meio de leis estruturais e/ou dinâmicas. O marxismo, portanto, ao longo de sua trajetória, também objetivou recusar as filosofias da história em prol de uma maior consubstanciação de uma história científica. No que diz respeito ao marxismo, do mesmo modo como agiram os historiadores da escola metódica dita positivista e os filósofos da crítica da razão histórica, recusou as filosofias da história, de modo que propunham outra forma para se atingir o mesmo objetivo da escola metódica, qual seja: tratar a história como ciência.

Deste modo, o pressuposto fundamental de Marx partiria da crença de que o materialismo histórico era o próprio objeto histórico para o historiador, de modo que, este objeto era passivelmente sujeito a observação, a análise e a sua quantificação. Neste sentido, a proposta de uma história científica idealizada por Marx e Engels através do seu materialismo histórico, se direcionava contrariamente à concepção romântico-idealista. Não se tratava, portanto, de uma análise apenas ligada diretamente às questões do espírito, da arte, da cultura, do Estado diplomático, dos fatos políticos oficiais, ou quem sabe ainda, na forma metódica baseada na intuição. Não! O materialismo histórico idealizado por Marx e Engels, objetivamente possuía um fio condutor que se inspirava na busca constante em analisar as sociedades a partir das estruturas econômicas que, para eles, seria o ponto central para se compreender os movimentos das sociedades humanas. Eis então o sentido de sua história-ciência: a observação crítica de uma história que é plausivelmente concreta, intelectualmente pensável e racionalmente estruturada.

Esse movimento das sociedades humanas estaria baseado em um conjunto de hipóteses cujas conjecturas, frutos dessas hipóteses, vislumbrariam uma análise passível de verificação e, conseqüentemente, inerente a uma condição básica de comprovação. Segundo o materialismo histórico e dialético proposto por Marx, a diferenciação das estruturas sociais é o que determina os modos de produção.

A observação da realidade sociológica e humana, a partir da análise das estruturas e superestruturas é fundamental para a teoria de Marx. Os modos de produção, segundo Marx, são históricos. A continuidade da espécie humana, sob a ótica materialista dos modos de produção é condição essencial para que os homens possam se desenvolver. As relações sociais de produção é quem determina a forma

de ser e pensar dos homens. O materialismo histórico neste sentido se opõe nitidamente ao idealismo. É uma abordagem absolutamente materialista concreta e não uma análise idealista baseada na autoconsciência do espírito, intuitivo e romantizada. Há uma ruptura paradigmática no que tange a realidade concreta materialista e o pensamento filosófico idealista. Esta ruptura paradigmática provoca, conseqüentemente, um processo de descontinuidade em termos conceituais, sobretudo, no que se refere à análise das realidades históricas.

Por meio deste materialismo, a consciência humana é motivada a pensar suas ideias advindas das próprias condições materiais. Nesta perspectiva jamais a consciência do homem seria o fator preponderante para a sua própria determinação enquanto ser. Contrariamente a esta ideia, quem determinaria a consciência do homem seria o próprio ser social. As forças produtivas e as formações econômicas pré-capitalistas ou capitalistas estão remotamente interligadas as relações sociais. Se os homens adquirem novas forças produtivas, isso significaria um prenúncio de que os seus modos de produção certamente seriam modificados, assim como, as suas relações sociais também estariam sujeitas a possíveis modificações. Para o marxismo, enquanto ciência da história, o seu pressuposto básico é a análise concreta das sociedades a partir da materialização dos fatos sócio-históricos. Este algo de concreto que Marx busca enfatizar em suas análises é a própria produção material como fator preponderante para a determinação na forma de organização dessas sociedades.

O modo de produção corresponde, segundo a concepção marxista, a um sistema social que resultaria, por sua vez, em uma forma de se pensar socioeconomicamente e político-ideologicamente. Para Marx e Engels a história de um modo geral sempre foi um processo dinâmico e dialético. As realidades sociais acarretariam dentro si mesmas o princípio das suas próprias contradições, contribuindo, desta forma, para o processo de transformação constante da história. Sendo assim, o materialismo histórico se enquadraria dentro das perspectivas de discussões das teorias que objetivavam classificar a história como ciência, veementemente apresentadas no século XIX. Entretanto, o caráter de cientificidade da história apresentada pelo materialismo histórico fundamenta-se através da

reflexão dos fatos sócio-históricos a partir de um estudo analítico, reflexivo e concreto dos modos de produção e, conseqüentemente das lutas de classes.

Por considerar a história um processo de desenvolvimento autodeterminado e dinâmico, o materialismo histórico tende a eliminar as explicações sociais baseadas na metafísica, avaliando esta metafísica como sendo exterior a compreensão do processo histórico. Em suma, pode-se afirmar que as primeiras formulações teorizadas das sociedades humanas específicas são de responsabilidade de Karl Marx. Essa forma teórica de pensamento delineava a sociedade de maneira estruturada, englobando aspectos políticos, econômicos e culturais em um mesmo espaço.

Continuidade e rupturas: Annales e suas contraposições a uma escola historiográfica tradicional

Ao analisarmos todos os impasses direcionados para o campo filosófico, ideológico e teórico-científico discutido academicamente no bojo das escolas historiográficas tradicionais do século XIX, somente no final da década de 30 do século XX é que iríamos assistir o surgimento de um questionamento crítico, opositor e refutador proveniente de outra escola historiográfica renovada contra as posições defendidas por essa escola historiográfica tradicional.

A *Revue Annales d' Histoire Économique et Sociale*, fundada na França em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre, acabaria ultrapassando o status de uma revista para dar origem a uma significativa escola historiográfica, cujas ideias seriam certamente mais influentes no sentido da construção da História como ciência – estamos nos referindo a chamada escola dos Annales. Seu caráter renovador e a sua própria aproximação do materialismo histórico de Marx e Engels contribuíram para que a escola do Annales tivesse a consciência da importância em proporcionar possíveis aberturas de diálogos com outros campos filosófico-intelectuais e das próprias ciências sociais. Essa postura adotada pela escola dos Annales oxigenou novas ideias, superando assim, antigas soluções supostamente explicativas no campo da concepção histórica em se tratando da definição e correlação teoria-e-prática segundo a concepção da historiografia tradicional expressadas pelas escolas metódico-positivistas do século XIX.

Para o caso aqui abordado, trata-se da crítica direta que os historiadores da escola dos Annales fizeram em relação à escola historiográfica metódico-positivista. Essas críticas centrais perpassariam pelo questionamento de alguns pressupostos metodológicos fundamentados nas seguintes teses: o significado do tratamento dos historiadores com as fontes; o estabelecimento dos fatos; a narrativa histórica dos fatos políticos, diplomáticos e religiosos; a rigorosidade na extração dos fatos documentados; a obsessão pelo evento singular, individual, irrepetível e único; a narrativa dos “grandes personagens”, dos “grandes feitos” e dos “vencedores”; a sistematização dos fatos e seu caráter científico a partir de uma análise metódica do documento em que a crítica externa estaria intimamente ligada à autenticidade dos documentos e a crítica interna corresponderiam a mecanismos que atestariam a veracidade desses documentos. Estes foram apenas alguns dos exemplos recuperados e que já foram abordados anteriormente neste trabalho.

As contestações que os historiadores da escola dos Annales fizeram a essa história científica baseada no método positivista, se torna bem evidente através da sua proposta de ampliação na discussão direcionada para o significado das fontes históricas que, certamente, segundo suas próprias convicções, não se restringiriam apenas nos documentos escritos. De acordo com o próprio Lucien Febvre em sua obra *Combates pela História*, este autor demonstraria um verdadeiro exercício metodológico voltado para ampliação no sentido objetivo da história enquanto ciência e disciplina, a partir de uma proposta interdisciplinar à qual estaria sujeita a história.

Ao provocar uma reflexão crítica a partir de uma indagação sobre o processo metodológico de reconstrução da história, Lucien Febvre deixa uma pergunta no ar, em relação ao fundamento que deveria ser utilizado para se reconstruir a história. Este questionamento provocativo é respondido pelo próprio Febvre ao elucidar os aspectos objetivos, subjetivos, humanísticos, metodológicos e interdisciplinares existentes no grau de complexidade da História enquanto ciência do homem e do passado humano. Para Lucien Febvre a história jamais seria uma ciência dos conceitos ou das coisas. Em seu sentido mais lato, não poderia haver história se não fosse aquela referente à do homem. Lucien Febvre apontava

que a história se estenderia para além do documento escrito. Isso significaria, segundo o próprio Febvre, que a história deve ser feita não apenas com alguns tipos de textos específicos que se resumissem aos documentos escritos, mas com todos os tipos de textos e não somente com os textos. Vejamos segundo as advertências do próprio Lucien Febvre:

História ciência do Homem, e então os factos, sim: mas são factos humanos; tarefa do historiador: encontrar os homens que os viveram, e deles os que mais tarde aí se instalaram com as suas ideias, para os interpretar.

Os textos, sim: mas são textos humanos. E as próprias palavras que os formam estão cheias de substância humana. E todos têm a sua história, soam diferentemente segundo as épocas, e mesmo se designam objetos materiais só raramente significam realidades idênticas, qualidades iguais ou equivalentes.

Os textos, sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria privilégio – o privilégio de daí tirar, como dizia o outro (o físico Boisse), um nome, um lugar, uma data; uma data, um nome, um lugar – todo o saber positivo, concluía ele, de um historiador indiferente ao real. Mas, também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva humana, saturados de pensamentos e de acção (sic) em potência.

Os textos, evidentemente: mas não apenas os textos. Também os documentos, sejam de que natureza forem; os que há longa data se utilizam; e sobretudo os que o feliz esforço de disciplinas novas proporciona: disciplinas como a estatística; a demografia que substitui a genealogia, em toda a medida em Démos substitui no trono os Reis e os Príncipes; a linguística, proclamando com Meillet que todo o facto de língua manifesta um facto de civilização; a psicologia, ao passar do estudo dos indivíduos ao dos grupos e das massas: quantas mais? [...] ²⁵

Na mesma direção, comungando dos mesmos ideais e concepções, outro historiador fundador da escola dos Annales também contribuiu para esta nova consciência sobre o carácter científico da história, assim como em relação à definição do próprio objeto da história. Marc Bloch em sua *Apologia da História*, certamente se destaca por pontuar e situar a história no tempo e no espaço geográfico, além de censurar severamente à busca obsessiva e desesperada pela origem dos fatos. Desta forma, o objetivo de Marc Bloch é a realização de um estudo crítico da história a partir de uma observação dos processos históricos por meio dos testemunhos e de sua transmissão. Não seria necessário destrincharmos aqui toda essa obra de Marc Bloch que, certamente, nos oferecem verdadeiros

²⁵ FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1985. p. 24.

fundamentos teóricos consubstanciais e incentivos plausíveis para o desenvolvimento do ofício do historiador. Se analisarmos alguns parágrafos escolhidos aleatoriamente referentes a um dos cinco capítulos que compõem essa obra, seguramente conseguiremos perceber a sensibilidade e a objetividade desse historiador que se demonstrava convicto de que a história não era uma ciência do passado e tampouco uma ciência do homem.

Ao criticar o método positivista que se apoiava em fatos, grandes nomes e heróis como sendo aspetos preponderantes para a constituição de uma historiografia, Marc Bloch, a partir de uma consciência da naturalização histórica acabou contribuindo para a ampliação do significado de uma historiografia reflexiva que transformaria a história meramente narrativa em uma história-problema. Esta noção de problematização da história fez com que Marc Bloch definisse a história como sendo a ciência dos homens no tempo em seu sentido plural. Sem querermos esboçar aqui uma análise fundamentada em frases de efeitos que talvez pudesse explicar simploriamente o pensamento de Marc Bloch, o que desejamos neste momento é recuperar alguns trechos de sua *Apologia da História* como fonte de elucidações direcionada para uma reflexão crítica direta ou indireta, no que tange a uma história erudita científica promovida por historiadores metódico-positivistas. Eis aí a discordância de Marc Bloch em classificar a história enquanto ciência do passado, pois, segundo sua concepção, seria um absurdo considerar a própria ideia de que o passado enquanto tal pudesse ser considerado objeto de ciência. Assim sendo, vejamos algumas afirmativas dessa crítica histórica no cerne das próprias convicções de Bloch:

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é, por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que o singular, favorável à abstração, o plural, que o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas] por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça. [...] “Ciência dos homens”, dissemos. É ainda vago demais. É preciso acrescentar: “dos homens, no tempo”. O historiador não apenas pensa

“humano”. A atmosfera em que seu pensamento respira naturalmente é a categoria da duração. [...]

[...] as ciências do homem, aqui, se atrasaram em relação às ciências da natureza. Pois estas já se encontravam, por volta da metade do século XIX, dominadas pelo evolucionismo biológico, que supõe ao contrário um progressivo afastamento das formas ancestrais e explica isso, a cada etapa, pelas condições de vida ou de ambiente próprios ao momento. Este gosto apaixonado pelas origens, a filosofia francesa da história, de [Victor] Cousin a Renan, recebera, acima de tudo, do romantismo alemão.²⁶

Depois de analisarmos toda essa discussão voltada para o debate da cientificidade da história, estamos cada vez mais convictos e em concordância com o que já dizia o historiador Ciro Flamarion Cardoso. Para nós historiadores, herdeiros da escola dos Annales, a história pode ser considerada como uma ciência em construção.²⁷ Conscientemente acreditamos nessa afirmação, pois ao longo desse processo histórico pudemos constatar uma transformação em que, não só os cientistas, mas também os próprios historiadores já não estavam mais em busca de uma obsessiva verdade absoluta ou eterna. Afirmer que a história é uma ciência em construção, isto significa dizer que não há ainda uma conquista completa do seu método científico. Os inúmeros objetos de estudo possíveis ainda estão sendo constantemente descobertos e adequados aos seus respectivos meios de análises.

Como se escreve a história: o conceito de História em Paul Veyne e o exercício de algumas críticas

Ao colocar em dúvidas o caráter de cientificidade da história, Paul Veyne em sua obra *Como se escreve a história* nega claramente a existência de um método científico específico em história, do mesmo modo em que faz uma afirmação em relação à própria inexistência da história enquanto algo no sentido explicativo correspondente às sociedades humanas. Para Paul Veyne, a relação entre a história e os historiadores não passariam de uma prática meramente narrativa dos acontecimentos verdadeiros em que o homem seria o ator principal desses acontecimentos. Neste sentido, a história para Paul Veyne, segundo seu próprio

²⁶ BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 54-55; 57.

²⁷ CARDOSO, C. F. S. Op. Cit., p. 43.

discurso exposto nas primeiras páginas dessa sua obra, seria um romance verdadeiro em que a priori nada significaria.²⁸

Essas questões epistemológicas assegurada por Paul Veyne – e já inicialmente assinalada na parte introdutória desse trabalho – nos deixam, sem sombra de dúvidas, diante de alguns problemas conceituais de fundo em que, minimamente, essas discussões sobre a cientificidade da história nos remontariam aos já antigos e conhecidos debates voltados para a questão que poderíamos classificar como sendo essenciais para uma reflexão historiográfica, quais sejam: a crítica erudita das fontes e a heurística, ambas representadas de alguma forma no interior do rigor metodológico em diversos historiadores e filósofos de diferentes contextos sócio-históricos como, por exemplo, os casos de Tucídides, Políbio e Ibn Khaldun já citados aqui.

Essa reflexão historiográfica se abriria para um contato significativo e permanente com outras ciências sociais, transformando e aumentando os horizontes da historiografia em termos metódicos, conceituais, técnicos e problemáticos, no que diz respeito ao uso do documento histórico. Ou seja, uma série de discussões que ocorreram desde tempos longínquos da Antiguidade e que se enveredariam pelo século XIV em diante, consubstanciando teórico-metodologicamente, princípios norteadores e valores reflexivos nos campos da filosofia da história dos séculos XVII e XVIII através de nomes como o de Gianbattista Vico (1668-1744), Voltaire (1694-1778) e Condorcet (1743-1794); da escola histórica metódico-positivista e romântico-idealista do século XIX, representada por Ranke (1795-1886), Georg Barthold Niebuhr (1776-1831), Michelet (1798-1874), Charles-Victor Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854- 1942); da escola sociológica estabelecida também no século XIX, baseada no materialismo histórico proposto por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) e, certamente, o da escola historiográfica dos Annales fundada no século XX por Bloch (1886-1944) e Febvre (1878-1956).

A análise que queremos realizar sobre o paradigma da epistemologia histórica, a partir da própria conceituação de história segundo a concepção

²⁸ VEYNE, Paul. Op. Cit., p. 10.

teórico-metodológica defendida pelo historiador Paul Veyne, parte de duas máximas iniciais: a primeira seria uma tentativa de compreensão contextual da postura adotada por Paul Veyne, em se tratando da sua própria cosmovisão e historicidade em relação ao seu modo de perceber a história enquanto algo que está intimamente ligado às ações da humanidade; já a segunda máxima, estaria direcionada para a observação direta de alguns trechos dessa sua obra, destacando o papel do homem como agente transformador da história, o lugar do homem na história e o próprio lugar da história na vida do homem de acordo com as convicções de Paul Veyne, no tocante a sua forma de conceber filosoficamente a relação entre o objeto da história e o ofício do historiador.

Arqueólogo francês e historiador nascido em 1930, Paul Veyne pode ser considerado um antimarxista autodeclarado, na medida em que, ele enquanto autor, faz críticas a um marxismo ortodoxo, pelo fato talvez, deste tipo de marxismo analisar a história apenas pelo seu viés econômico e de maneira quantitativa, deixando de lado as perspectivas culturais presentes na história. A crítica de Paul Veyne também se estende para além dos marxistas economicistas. Para Veyne em sua crítica contra aqueles que eram considerados deterministas, resultava, segundo sua leitura em relação a este grupo, na crença de que os deterministas defendiam a ideia de que a história se dirija para algum lugar incomensuravelmente e que ela vai passar por determinadas etapas. Paul Veyne acreditava que a história não tem este tipo de lei: ela não tem destino a qual se deseja. Segundo a concepção de Paul Veyne, a história jamais poderia ser considerada algo possível ou pré-determinado. Poderia até ser feita conjecturas para o tempo futuro, no entanto, o fato da história em si mesma não obedecer a leis estritas, este seria o *leitmotiv* para que Paul Veyne criticasse veementemente esse marxismo mais ortodoxo que defendia um encadeamento de acontecimentos que seriam inexoráveis no sentido de inflexibilidade e rigidez para a humanidade. Esta postura adotada por Paul Veyne pode ser nitidamente percebida nessa sua obra (*Como se escreve a história*), sobretudo naquelas partes concernentes ao recorte dos eventos e análises destes eventos abordados por ele nos primeiros dois capítulos.

O uso das categorias e explicações racionais para os atos humanos, feitos por uma escola marxista ortodoxa, também é alvo de crítica para Paul Veyne na medida em que este marxismo ortodoxo deixa de lado a totalidade da experiência humana segundo sua ótica. Partido desse pressuposto, Paul Veyne busca demonstrar que o juízo de valor que o historiador realiza e que está relacionado ao fato histórico, permanece implícito na experiência humana por fazer parte da própria natureza humana. A defesa e o interesse de Paul Veyne no que diz respeito à narrativa histórica tem sua suposta explicação argumentada no fato dele acreditar teórico-metodologicamente em uma história totalizante, o que significa uma narrativa total e não fragmentada da história. Ou seja, a não aceitação dos recortes historiográficos dos fatos históricos observados pelos historiadores.

A posição teórica de Paul Veyne, portanto, é de uma rejeição clara da ideia de cientificidade da história. Aliás, Paul Veyne questiona a própria existência da história, afirmativa expressada no próprio título do segundo capítulo desta sua obra aqui analisada: “tudo é histórico, logo a história não existe”.²⁹ De acordo com o que podemos constatar através da leitura feita em Paul Veyne, este autor nos afirma que pode ser até levado em consideração de que a história poderia ser algo cientificamente conduzido por apresentar características lógica, abstrata e até mesmo, forçadamente, teórica. Logo, segundo nosso entendimento, esses elementos não seriam, para Paul Veyne, argumentos suficientes para que a história pudesse se constituir em uma ciência propriamente dita.

Em certa medida, guardada as devidas proporções, temos uma leve impressão de que Paul Veyne aparenta dialogar e compartilhar de ideias proferidas por Marc Bloch e Lucien Febvre no que tange a uma definição epistemológica da história e sua historiografia em termos de conhecimento cientificamente produzido. Em contrapartida, com uma pequena e, ao mesmo tempo, significativa diferença, podemos perceber que Paul Veyne afirma que a história em si não existe, o sentido da história também não e, muito menos um método ou métodos específicos em história. Não haveria, portanto, uma linearidade completamente traçada no percurso dos acontecimentos. Por outro

²⁹ VEYNE, Paul. Op. Cit., p. 25.

lado, tanto para Bloch, quanto para Febvre, a história era sim uma ciência, mas uma ciência em constante processo de construção, pois a história não poderia apresentar um método científico completo que fosse exclusivamente fechado em si mesmo justamente por causa de sua característica principal em que a história jamais poderia entendida como apenas uma mera narrativa, e sim um conjunto de acontecimentos repletos de historicidades, o que se faz necessário à sua problematização.

Depois dessas explicativas iniciais referentes à primeira máxima proposta, passemos então para a sugestão da segunda máxima, em que analisaremos diretamente o conceito de história defendido por Paul Veyne, no qual, dentro de seu raciocínio acadêmico, nega enfaticamente, pelo menos nessa obra abordada, a possibilidade da história enquanto disciplina ser dotada de teoria e método. Um ponto central para a tentativa de uma compreensão prévia sobre a concepção do conceito epistemológico de história defendido por Paul Veyne – e de maneira alguma estamos afirmando concordar com esta hipótese apresentada por Veyne – parte de um olhar referente à sua própria condição enquanto historiador que observa a historicidade humana. A questão da historicidade é um conceito um tanto complexo, pois esta historicidade é justamente a consciência do “ser” e o seu papel na história. Todos nós temos a nossa historicidade. Todos nós fazemos parte do processo que desenrola ao longo do tempo em que convençamos chamar de história. Neste caso, Paul Veyne acaba se demonstrando um tanto satisfeito e, conseqüentemente convicto da história não possuir um método, justamente porque a história, segundo sua visão, não teria nenhuma exigência a não ser aquela alusiva a sua própria natureza que seria a narrativa dos fatos ou das “coisas” tidas como verdadeiras.

Torna-se claro para nós que Paul Veyne assegura esta condição da história não possuir métodos específicos a partir da falta de rigores de aferição notadamente peculiares e categóricos das chamadas ciências naturais. Neste sentido, Paul Veyne garante que a história poderia ser escrita por qualquer pessoa, mesmo que este alguém fosse desprovido de um mínimo de domínio instrumental técnico-específico notório de um historiador de formação. Esta exigência não deveria ser colocada em prática, visto que este suposto domínio técnico-específico

não se coadunaria com algo inexistente do ponto de vista teórico-metodológico. O fato da história só apresentar dificuldades pormenorizadamente, a sua função se resume a questão de entendimento, o que significa dizer que a história não possui um método porque o seu procedimento seria inato. Paul Veyne nos afirma que o passado para ser compreendido, é necessário apenas que esse passado seja observado a partir de um mesmo olhar que esteja direcionado para a compreensão do mundo que nos cerca ou da própria vida alheia de uma sociedade qualquer. Desta forma, basta olharmos o passado para entender que nele existem três tipos de causas que se encontram em nosso arredor e que descobrimos a partir do momento em que abrimos os nossos olhos em direção diretamente para elas, quais sejam: a liberdade humana, a natureza das coisas e o acaso.³⁰

A explicação histórica consiste assim em encontrar na história uma forma de explicação que temos, de qualquer modo, «sabido sempre»; é por isso que se pode qualificá-la como compreensão, é por isso que a história nos é familiar, é por isso que nos encontramos nela como em nossa casa. A historiografia não teve um Galileu ou um Lavoisier e não pode tê-los. Também o seu método não fez qualquer progresso desde Heródoto ou Tucídides, por muito surpreendente que possa parecer esta afirmação; o que progrediu consideravelmente, em contrapartida, foi a crítica histórica e sobretudo, como veremos mais adiante, a tópica histórica. [...] ³¹

De toda sorte, a pergunta que todos nós historiadores poderíamos fazer perpassa pela seguinte questão primordial: de que modo, com quais instrumentos, com quais materiais e com quais fundamentos se poderiam atingir as tais narrativas supostamente “verdadeiras”, sem que haja legitimamente um esforço proveniente das mais diferentes subjetividades teóricas e metodológicas construídas pelos historiadores e que são extremamente necessárias para se atingir estes objetivos? Certamente, em nossa opinião, Paul Veyne não nos oferece explicação, ao menos minimamente plausível em nosso entendimento, para essa sua argumentação de que o objeto da história não seria nada mais do que uma “narrativa verídica”; uma noção de que tudo seria histórico, logo a “história não existiria” e para o próprio fato da história não possuir “linhas gerais” e, por conseguinte, “não teria método” – Expressões adotadas pelo próprio Paul Veyne

³⁰ VEYNE, Paul. Op. Cit., p. 126.

³¹ Ibidem. p. 128.

como títulos e subtítulos de três respectivos capítulos dessa sua obra aqui analisada.

De forma extremamente objetiva queremos acompanhar diretamente alguns trechos escritos por Paul Veyne, que seguramente nos dão dimensão de sua reflexão histórica resumida à mera descrição no sentido do que já pregara, por exemplo, as escolas metódico-positivista e a romântico-idealista do século XIX, através de suas afeições eruditas, ao afirmarem que em história nada mais poderia se fazer além do que já diziam as fontes. A função do historiador, portanto, era apenas escrever a história a partir da narrativa dos fatos tais como eles ocorreram. Ou seja, a história nada mais é do que um conjunto de acontecimentos verdadeiros encadeados através da narrativa. Na concepção de Paul Veyne, jamais o historiador poderia ser um colecionador ou um esteta: nem a beleza e tampouco a raridade lhe interessa; “apenas a verdade.”³²

Ora, neste nosso artigo, em inúmeras vezes ao longo do texto, recuperamos exaustivamente a posição adotada por Paul Veyne em afirmar que a história jamais podia ter uma especificidade na sua forma teórico-metodológica. Mais além do que isso, Paul Veyne negava até mesmo a existência da própria história em si mesma por causa do curso dos acontecimentos não terem uma linearidade completamente traçada. A nosso ver, Paul Veyne acaba professando um discurso confuso, desarmonioso e até mesmo contraditório. É o que poderíamos considerar como sendo o desdito pelo dito, na medida em que Paul Veyne demonstra-se profundamente preso a uma conceituação de ciência descrita pelos moldes positivistas do século XIX, na qual esta avaliação tende a considerar algo como ciência somente aquilo que pode ser comprovado empiricamente por meio de experiências que possam ser repetidas e apresentem o mesmo resultado. Certamente uma ideia conflitante em que nós saberíamos distinguir muito bem aquela que pesa mais em um dos lados da balança, pois temos a plena consciência de que este tipo de ciência empiricamente construída com base nas exaustivas repetições se aplicaria nas ciências exatas e biológicas, porém não nas ciências sociais e humanas.

³² VEYNE, Paul. Op. Cit., p. 21.

Depois de feita uma análise historiográfica alusiva as diferentes propostas paradigmáticas direcionadas a epistemologia da história e que foram defendidas entre os séculos XVI e XX, podemos concluir dizendo que, não obstante termos a consciência das importantes contribuições historiográficas do historiador Paul Veyne, bem como de toda uma trajetória das escolas históricas do século XIX, pedimos todas as vênias em relação às críticas feitas nesta direção, pois, a nossa intenção jamais foi a de negar estas contribuições, e sim de buscarmos oferecer ao longo deste trabalho, uma reflexão em direção aos possíveis pensamentos que, tanto para o bem quanto para o mal, pudessem talvez de longe aparentar recrudescer uma teoria positivista já bastante debatida, e por sua vez superada, em se tratando da discussão em torno do reconhecimento ou não da história enquanto disciplina o que implicaria, por conseguinte, no próprio debate em relação ao seu método e teoria.

Referências Bibliográficas

BARROS, José D' Assunção. **Teoria da História. Volume 1: princípios e conceitos básicos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Teoria da História. Volume 2: Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. **Teoria da História. Volume 3: Os paradigmas revolucionários.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BESSELAAR, José Van Den. **Introdução aos estudos históricos.** São Paulo: Herder, 1972.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As escolas históricas.** Mem Martins: Europa-América, 1990.

BURCKHARDT, Jacob. **Reflexões Sobre a História.** Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat Marquis. **Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1985.

HOBBSAWM, Eric J. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LANGLOIS, Ch. V.; SEIGNOBOS, Ch. **Introduction aux études historiques** (1898). Préface de Madeleine Ribérioux. Paris: Kimé, 1992.

LEFEBVRE, George. **La naissance de l'historiographie moderne**. Paris: Flammarion, 1971.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. L. I.; São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PARADA, Mauricio. (Org.). **Os historiadores: clássicos da história. vol. 1 – de Heródoto a Humboldt**. Rio de Janeiro: PUC RJ / Vozes, 2012.

_____. **Os historiadores: clássicos da história. vol. 2 – de Tocqueville a Thompson**. Rio de Janeiro: PUC RJ / Vozes, 2013.

REIS, José Carlos. **A História, entre a Filosofia e a Ciência**. 3 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **História da “consciência história” ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SIQUEIRA, Jose Jorge. Historiografia. Configurações de teoria, fontes e metodologia. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, jul./dez., 2002.

_____. Paul Veyne em contra-ponto. Ou como não se escreve a História. **Clio. Série História do Nordeste (UFPE)**, Recife, v. 19, p. 207-220, 2001.

TUCÍDIDES (c. 460 - c. 400 a.C.). **História da Guerra do Peloponeso**. Prefácio de Hélio Jaguaribe; Trad. do grego de Mário da Gama Kury. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1987.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Centro Universitário Augusto Motta.
Avenida Paris, 72, Bonsucesso. CEP: 21041-020 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.